

Renda Petroleira e Hegemonia: a Venezuela bolivariana entre rupturas e continuidades

Vicente Neves da Silva Ribeiro¹

Resumo: Esta comunicação apresenta os principais resultados da pesquisa de mestrado que analisa a disputa pelo controle do petróleo na Venezuela entre 2001 e 2003. Em um primeiro momento, apresentamos o conceito marxista de renda da terra e a particular relação da renda petroleira com a construção da hegemonia burguesa na Venezuela do século XX, tendo o Estado como eixo de sua captação e distribuição. A combinação entre queda dos preços do petróleo, crise da dívida e política petroleira neoliberal entre as décadas 80 e 90 colocaria em crise este modelo, abrindo caminho para a “Venezuela pós-rentista”. No marco de uma crise de hegemonia, emergem novos atores políticos e uma retomada da política petroleira centrada no fortalecimento da propriedade nacional sobre o subsolo. A disputa pelo estabelecimento desta nova política será o eixo dos conflitos no país entre 2001 a 2003, opondo duas lógicas na questão petroleira: a maximização da renda captada pelo Estado e a acumulação de capital no setor. Na disputa pelo controle do petróleo e no seu desenlace encontra-se a tensão entre rupturas e continuidades no seio do projeto bolivariano: por um lado retomando o papel do Estado venezuelano durante o século XX e por outro abrindo novas perspectivas de transformação.

Résumé: Cette communication présente les principaux résultats d’une recherche au sujet de la dispute du contrôle du pétrole au Venezuela entre 2001 et 2003. D’abord nous présentons le concept marxiste de rente de la terre et la relation établie entre la rente pétrolière avec la construction de la hégémonie bourgeoise au Venezuela du XX^{ème} siècle, ayant l’État comme axe de sa captation et distribution. La combinaison entre la chute des prix du pétrole, la crise de la dette et la politique pétrolière néolibérale entre les 80 et les 90 provoque la crise de ce modèle, ouvrant la voie pour un « Venezuela post-rentiste ». À partir d’une crise de hégémonie, de nouveaux acteurs politiques se présentent, tout comme une politique pétrolière centrée sur le renforcement de la propriété nationale du sous-sol. La dispute pour l’établissement de cette nouvelle politique sera l’enjeu des conflits entre 2001 et 2003, en opposant deux logiques pour répondre à la question pétrolière: la maximisation de la rente captée par l’État et l’accumulation de capital dans le secteur. Dans la dispute pour le contrôle du pétrole et dans son aboutissement provisionnel se trouve la tension entre les ruptures et continuités dans le sein du projet bolivarien: d’un côté retrouvant le rôle de l’État vénézuélien pendant le XX^{ème} siècle et de l’autre en ouvrant de nouvelles perspectives de transformation.

Nesta comunicação busco apresentar algumas discussões desenvolvidas durante a pesquisa de mestrado sobre o processo bolivariano. Seu ponto de partida inicial foi o interesse despertado por este processo de transformação, particularmente seu período de mais aguda disputa, entre 2001 e 2003. É justamente neste momento no qual a questão do controle do petróleo está colocada de maneira mais clara e opõe de maneira violenta dois blocos de poder. Esta comunicação busca defender que a disputa pelo controle do petróleo era travada entre

¹ Mestrando do PPG História da UFRGS (vicente.ribeiro@ufrgs.br). Bolsista Capes.

estes dois blocos e suas respectivas estratégias frente ao petróleo. Uma que encarava o setor petrolífero enquanto fonte de recursos para o Estado e visava desenvolver um conjunto de políticas que maximizassem a renda captada pelo Estado. Por outro lado, encontramos uma segunda lógica que encarava o setor petrolífero enquanto espaço de acumulação direta de capital. Este conjunto de políticas distintas levava a diferentes distribuições do ingresso petrolífero.

Neste texto buscaremos compreender um pouco como a busca pela maximização da renda petrolífera foi um elemento decisivo para a constituição ao longo do século tanto do regime petrolífero quanto um regime político de um regime político determinado. Paradoxalmente o ponto culminante deste processo, a nacionalização do petróleo em 1976, marcou o momento no qual paulatinamente a lógica de acumulação de capital passou a determinar os rumos da política petrolífera.

Dois obras decisivas para compreender a Venezuela contemporânea são *Petróleo Global e Estado Nacional*, de Bernard Mommer, e *O Estado Mágico*, de Fernando Coronil. Um dos elementos comuns destas duas obras é a utilização do conceito de renda da terra para compreender a natureza do ingresso petrolífero. Desde o início da exploração do petróleo, compreender o significado econômico de sua exploração sempre foi um desafio para a Venezuela. Qual a natureza dos ingressos oriundos do petróleo? Qual deveria ser seu destino? Estas e outras indagações atravessaram o debate político venezuelano. Muitas destas teorias identificavam o valor intrínseco do petróleo, tratando este como “capital natural” e os ingressos obtidos com sua venda como a remuneração (BAPTISTA; MOMMER, 1987). O conceito de renda da terra nos permite diferenciar valor e riqueza, separação indispensável para caracterizar o ingresso petrolífero e compreender seu impacto sobre o país. O conceito de renda se refere à remuneração dos proprietários de parcelas monopolizáveis da natureza, como a terra, o subsolo, etc. Nas palavras de Marx:

Dondequiera que las fuerzas naturales son monopolizables y aseguran al industrial que las emplea una ganancia excedente, ya se trate de un salto de agua, de una mina rica, de aguas abundantes en pesca o de solares bien situados, nos encontramos con que la persona que por su título sobre una porción del planeta puede alegar un derecho de propiedad sobre estos objetos naturales se apropia esta ganancia excedente y se la sustrae al capital activo, en forma de renta (MARX, 1975: 717)

I.

Uma primeira questão se coloca: de quem é o subsolo? O proprietário da superfície teria seus direitos estendidos igualmente àquilo que se esconde sob a terra? A tradição legal venezuelana sobre as minas apontava para a propriedade pública das jazidas, tradição esta que lançava raízes nos tempos coloniais. Durante o período independente, a legislação nesta matéria se veria influenciada igualmente pelo marco estabelecido pela Revolução Francesa.

As características da revolução burguesa na França, em franca contradição com os interesses fundiários, constituíram um marco legal que tornava o subsolo de propriedade pública, não tendo os proprietários da superfície quaisquer direitos, a não ser a prioridade de sua exploração (MOMMER, 2003). Desta maneira se constitui um regime de propriedade pública do subsolo. Vale destacar que tal definição não delimita por completo o regime pois no caso francês o caráter público do subsolo visava otimizar o acesso do capitalista a este para que a renda da terra oriunda dos direitos de propriedade não se constituísse em um obstáculo para a acumulação de capital. Desta maneira trata-se de um regime público liberal, no qual o caráter público serve justamente para otimizar o acesso do capital.

Os proprietários de terra venezuelanos entretanto poderiam se basear no regime petrolero do principal país produtor de petróleo: os EUA. O legado jurídico deste país era bastante semelhante ao marco legal inglês para as minas de carvão no qual os proprietários da superfície detinham direitos de propriedade igualmente sobre o subsolo. Esta situação expressa as características da revolução burguesa nestes países e do papel determinante que seguiu tendo a propriedade fundiária no seio do Estado. É assim por exemplo que o carvão inglês seguiu até a década de 1930 em um regime de propriedade privada.

Nos EUA e, inicialmente, no México, a exploração do petróleo se daria neste mesmo marco, garantindo os direitos a *royalties* para os proprietários de terra. A riqueza instantânea adquirida pela descoberta de petróleo por um proprietário em suas terras, cena característica da produção audiovisual estadunidense, expressa um conjunto de relações sociais que não estiveram presentes na ampla maioria dos países exportadores.

Entretanto, para a sustentação destes direitos não bastava estar de acordo com o regime petrolero dos principais países produtores, seriam necessários um conjunto de instrumentos políticos que os latifundiários venezuelanos não dispunham. Frente aos interesses das transnacionais do petróleo estes se demonstraram impotentes, sendo derrotados no espaço estratégico do Estado. As companhias transnacionais não tinham o menor interesse na existência de uma classe proprietária de terras, isto é que a renda da terra pudesse

constituir-se em um obstáculo para a acumulação de capital. Para estas a “livre propriedade estatal”, um *regime público liberal do subsolo* seria o mais adequado para garantir seu acesso ao recurso.

Este tipo de regime se conformou na maior parte dos países exportadores do Terceiro Mundo, enquanto nos EUA foi mantido um regime privado, nos quais os proprietários cobravam uma renda. A renda consuetudinária ou absoluta foi fixada em 1/8 (12,5%) e desta maneira incorporada ao custo de produção.

Os preços do barril de petróleo eram fixados a partir dos custos de produção marginais, isto é onde tais custos eram mais elevados, nos EUA. Os custos de produção eram bastante inferiores na Venezuela e nos países do Oriente Médio, tanto devido à maior riqueza das jazidas, quanto pela propriedade pública do subsolo e pela atuação em sua maioria de grandes empresas transnacionais. Devido a estas condições estas empresas poderiam obter sobrelucros significativos.

Progressivamente, os países exportadores visaram a apropriação destes sobrelucros ou lucros excedentes (MARX, 1999: 227) enquanto rendas diferenciais. A propriedade pública liberal dava lugar, neste sentido, a um novo regime petrolífero centrado na propriedade pública nacional, na qual o caráter público do subsolo não servia para tornar os recursos naturais acessíveis ao capital, mas sim para que fosse maximizada a extração da renda petrolífera pelo Estado proprietário.

Em um primeiro momento, o objetivo do Estado era tão somente obter rendas diferenciais, isto é uma renda baseada na diferença entre o custo de produção do país com o custo de produção marginal, determinante para o preço do barril. Travava-se portanto uma luta para arrancar parcelas dos lucros excedentes das empresas transnacionais. Nesta luta, travada na Venezuela de maneira negociada, se fortalecia o Estado nacional, que buscava traçar igualmente uma estratégia internacional para unir os demais países exportadores.

Passo decisivo para esta estratégia foi a criação da OPEP, surgida em 1960 para fazer frente a uma conjuntura defensiva. Desde 1959, após um suave e permanente aumento dos preços do petróleo desde a década de 1930 os preços começam a declinar. Esta situação era resultado da pressão dos países consumidores sobre as grandes companhias que neste momento dominavam o mercado. O país que mais havia extraído petróleo de seu território passa depois da Segunda Guerra a uma dependência cada vez maior da importação de petróleo, fazendo a balança pender com mais força para o lado dos grandes importadores.

Este declínio do preço do petróleo levou os países exportadores a se organizar para garantir um nível de preços aceitável. Porém, mais do que isso, sua organização criou as condições políticas para aproveitar a oportunidade aberta pela rarefação deste recursos natural de importância decisiva para o mundo, levando na década de 1970 a um aumento brusco dos preços do petróleo.

Isto é, a partir deste momento não se tratava de disputar com as transnacionais a divisão sobrelucro/renda diferencial, mas sim se tratava de impor um novo patamar de preços do petróleo. Isto é como afirmam Coronil (2002) e Mommer (1988), de uma renda determinada pelo preço, passa-se a um preço que se eleva devido à uma renda absoluta. A partir deste momento, os países exportadores assumem uma nova força que irá culminar com a nacionalização da indústria petrolífera em todos os países exportadores até 1976.

Até a nacionalização do petróleo houve uma tendência na Venezuela, com seus avanços e retrocessos, de maximização da renda petrolífera. Esta se deu através da afirmação da propriedade nacional dos hidrocarbonetos e do direito do Estado ser remunerado enquanto proprietário das jazidas, do estabelecimento de diversos mecanismos de controle sobre a produção tendo em vista a elevação dos preços e a conservação das reservas, e igualmente do aumento paulatino da arrecadação fiscal, atingindo seu auge nos anos 1970. A implementação desta estratégia culminou com a nacionalização da indústria petrolífera e da reserva ao Estado de todas as atividades de exploração, extração e comercialização dos hidrocarbonetos e seus derivados. O Estado passa a se relacionar com o petróleo tanto enquanto proprietário das jazidas, como soberano podendo taxar atividades desenvolvidas em seu território como enquanto único acionista da empresa nacional, PDVSA. Como afirma Mommer:

“(…) la nacionalización no es el final de la historia, sino sólo el comienzo de un nuevo capítulo. Nuevos e importantes actores han entrado en la arena, otros la han abandonado, y las reglas han cambiado. Empero, el juego continúa”.

O regime petrolífero voltado para a extração da renda foi organizado e sustentou o regime político baseado na distribuição desta. No regime petrolífero concessionário encontramos uma clara separação entre o proprietário do recurso natural (o Estado-Nação) e o capital (as transnacionais petrolíferas). Entre estes dois atores travava-se uma disputa pelo controle do excedente petrolífero, mesmo que tal disputa se desse sem rupturas, sendo,

sobretudo definida pela negociação. Esta, entretanto, sempre se dá a partir de determinada correlação de forças, sendo um destes fatores a força do Estado nacional. A afirmação da propriedade nacional dos hidrocarbonetos e a conseqüente expansão da renda passa pelo fortalecimento tanto interno do Estado quanto externo. Internamente, a consolidação da democracia permitiu o fortalecimento da legitimidade do Estado, fortalecendo-o frente às transnacionais. Externamente, a Venezuela foi decisiva para a fundação da organização dos países proprietários de grande jazidas petrolíferas e exportadores, a OPEP.

O *nacionalismo petrolero* pode, portanto, ser compreendido como a articulação entre um regime político e um regime petrolero centrado na expansão do ingresso petrolero do país e na sua distribuição pelo Estado. A renda petrolera permitia a consolidação do regime político e tal consolidação permitia um fortalecimento da posição do Estado venezuelano para maximizar a captação enquanto renda do excedente petrolero.

Tal articulação permite compreender a excepcionalidade da continuidade democrática venezuelana quando comparada com os demais países da América do Sul. Esta se deve não somente a um regime petrolero no qual o Estado afirmava seus direitos sobre a propriedade nacional do subsolo mas igualmente a um regime político que permitia tal postura e construía sua sustentação na distribuição da renda petrolera. Esta permitia que o aumento dos ingressos dos diversos setores do país pudesse ser feito não a partir de uma redistribuição entre estes mas pela apropriação de uma parcela superior do excedente petrolero.

II.

A década de 1980 marca a crise do nacionalismo petrolero. O audacioso projeto de desenvolvimento da *Gran Venezuela* do período de Carlos Andrés Pérez inundou o país de importações e aumentou a fuga de capitais de maneira gigantesca². A crise da dívida atingiu em cheio o país, marcando a passagem da “*Venezuela saudita*” para a “*Venezuela endividada*” (COLMENAREZ, 1989). Entre os setores populares a crise se fez sentir de maneira mais forte. A evolução dos números da pobreza e miséria é eloqüente em demonstrar a deterioração das condições de vida da maioria da população. Ao longo da década de 1980 as famílias em situação de pobreza e pobreza extrema passaram respectivamente de 17, 65% e

² Os textos de Celso Furtado sobre a Venezuela, recentemente publicados, representam documentos interessantes das possibilidades e das desilusões deste período para o pensamento desenvolvimentista (FURTADO, 2008).

9,06% em para 44,44% e 20,07% em 1989 (LANDER; LÓPEZ MAYA, 2001, p. 234) ³. Baseando-se tão somente no ingresso familiar tais números não captam a queda igualmente abrupta da qualidade dos serviços públicos dos quais a população mais pobre era a principal beneficiária.

A crise da dívida atingiu em cheio a Venezuela. A força concentrada no Estado representada pela captação da renda petroleira diminuía frente à queda do ingresso e o aumento das demandas atendidas pelo Estado, com destaque para o pagamento da dívida externa. O impacto desta sobre as contas públicas colocou o governo em uma situação ainda maior de dependência do crédito internacional, permitindo ao FMI ditar as condições de um novo empréstimo. O fio condutor das medidas acordadas era o desmantelamento da complexa rede na qual se assentava projeto desenvolvimentista de distribuição da renda petroleira por meio do gasto público, direta ou indiretamente. A partir deste momento, esta seria canalizada para o pagamento dos compromissos assumidos com o sistema financeiro.

Ao mesmo tempo, no setor petroleiro se consolida uma nova política petroleira neoliberal centrada no desenvolvimento da PDVSA enquanto empresa transnacional (Internacionalização) e na abertura do setor para a volta das transnacionais (*Apertura Petrolera*). Estas políticas tiveram como consequência uma diminuição da contribuição fiscal petroleira, aumentando a crise vivida pelo país.

Abre-se a partir deste momento uma crise de hegemonia, tendo em vista que os fundamentos sobre os quais o regime político estava construído estavam sendo solapados. O principal marco deste novo momento foi a reação popular, conhecida como Caracazo, às medidas neoliberais anunciadas por Carlos Andrés Pérez no primeiro mês de sua segunda presidência.

Estos acontecimientos marcaron una crisis del proyecto populista que había definido la relación entre pueblo y Estado desde 1936. Con el giro hacia las políticas del libre mercado y el desmantelamiento del desarrollismo populista, el discurso dominante comenzó a presentar al pueblo no ya como el virtuoso cimiento de la democracia, sino como una masa turbulenta y parásita a la que el Estado tenía que disciplinar y el mercado tornar productiva. Desde la perspectiva de los sectores populares, por otro lado, la elite se definía de manera creciente como “cogollo” corrupto, que había privatizado la nación y atropellado al pueblo (CORONIL, 2002, p. 418)

³ Tais autores se utilizam de dados do IESA. A metodologia aplicada define os domicílios em situação de pobreza aqueles cujo ingresso *per capita* é inferior ao dobro da cesta básica e em pobreza no qual este ingresso é inferior ao custo da cesta básica.

Como reação a esta situação, emerge no início da década de 1990 o projeto político encabeçado por Hugo Chávez. Este representa uma retomada do nacionalismo petrolero em um momento no qual os principais setores da burguesia venezuelana dele se afastam, por esta diferença, sua retomada estabelece uma nova relação com os setores dominantes. Traçando esta comparação, Coronil afirma:

Pero a diferencia de guiones anteriores, esta vez el papel ha correspondido a un Bolívar no solo popular, sino anti-patricio, apoyado como nunca antes por sectores populares que habían sentido perder hasta la esperanza. En medio de la devastación de un país empobrecido y polarizado, el mito del progreso chapista ya no puede disimular la división, como antes frente al espejismo de un futuro de bienestar colectivo; el mito no es ya unificador, sino justiciero (CORONIL, 2002: XIV)

Após assumir a presidência em 1999, o ponto de conflito decisivo entre os setores dominantes e o governo, mesmo que este não assuma de forma permanente a primazia nos discursos dos blocos em disputa, é a questão do petróleo. Esta disputa se centra em três elementos: a estratégia de produção (volumes x preços), a Lei de Hidrocarbonetos, a nomeação da junta diretiva da PDVSA (meritocracia x politização). Em todos estes momentos, vemos a concretização da disputa entre duas estratégias frente ao setor petrolero, encarnando projetos de grupos sociais distintos.

Considerações finais

O atual processo bolivariano guarda elementos de continuidade decisivos com o que foi a Venezuela do século XX. Em primeiro lugar, a afirmação e o fortalecimento da propriedade nacional dos hidrocarbonetos é um dos seus eixos de atuação, visando através de um conjunto de medidas a elevação dos ingressos oriundos do setor petrolero. Isto é, sua estratégia privilegia a maximização da renda petrolera e não acumulação direta de capital no setor.

A partir desta condição, o nacionalismo petrolero é retomado, apresentando, entretanto, algumas características novas, entre as quais se destaca que novos setores sociais são seus impulsionadores, articulando assim um novo bloco de forças sociais. Igualmente cabe destacar a relação entre esta retomada do nacionalismo petrolero e os limites a esta política colocados pelo capitalismo realmente existente na Venezuela e seus setores

dominantes. A forma como o período crítico de disputa pelo controle do petróleo e do Estado é vencido pelo bloco vinculado ao governo é decisiva para uma ampliação do seu horizonte de transformação.

Referências bibliográficas:

BAPTISTA, Asdrúbal (2006). *El relevo del capitalismo rentístico: hacia un nuevo balance del poder*. Caracas: Fundación Empresa Polar.

BAPTISTA, Asdrúbal; MOMMER, Bernard (1987). *El petróleo en el Pensamiento Económico Venezolano - Un Ensayo*. Caracas: Ediciones IESA.

COLMENAREZ, Elio (1989). *La insurrección de febrero – una análisis para la lucha revolucionaria*. Caracas: Ediciones La Chispa.

CORONIL, Fernando (2002). *El estado mágico. Naturaleza, dinero y modernidad en Venezuela*. Consejo de Desarrollo Científico y Humanístico de la Universidad Central de Venezuela / Editorial Nueva Sociedad, Caracas.

FURTADO, Celso (2008). *Ensaio sobre a Venezuela: subdesenvolvimento com abundância de divisas*. Rio de Janeiro: Contraponto / Centro Internacional Celso Furtado. Arquivo Celso Furtado, vol. 1.

LACABANA, Miguel (2006). “Petróleo y hegemonía en Venezuela: la construcción de un proyecto nacional democrático-popular en el siglo XXI”. In: BASUALDO, Eduardo M.; ARCEO, Enrique (comp.) *Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales*. Buenos Aires: CLACSO.

LANDER, Luis E. e LÓPEZ MAYA, Margarita (2001). “Ajustes, costos sociales y la agenda de los pobres en Venezuela: 1984-1998”. In: SADER, Emir (org.). *El ajuste estructural en America Latina. Costos sociales y alternativas*. Coleccion Grupos de Trabajo de CLACSO. Buenos Aires: CLACSO.

LEFEBVRE, Henri (1974). *La production de l'espace*. Paris: Anthropos.

MARX, Karl (1975). *El Capital. Tomo III. Sécción Sexta – Como se convierte la ganancia en renta del suelo*. México: Fondo de Cultura Económica, p. 573-753.

_____ (1999). *Marx. O rendimento e suas fontes*. São Paulo: Nova Cultural, p. 189-254.

MOMMER, Bernard (2003): *Petróleo Global y Estado Nacional*. Caracas: Comala.com.

_____ (1988), *La Cuestión Petrolera*. Caracas: APUCV-Tropikos.